

DAVID BIRMINGHAM

Professor de História Contemporânea

PORTUGAL

BREVE HISTÓRIA DE UM IMPÉRIO



v o g a i s

A Alberto Romão Dias e Jill R. Dias

ÍNDICE

	<i>Prefácio</i>	9
	<i>Introdução</i>	13
1	Povos, culturas e colónias	27
2	Rebelião e independência no século xvii	49
3	A idade de ouro e o terramoto no século xviii	85
4	A independência do Brasil e a Revolução Portuguesa	123
5	A monarquia burguesa e os republicanos	161
6	A ditadura e o império africano	193
7	Democracia e Comunidade Europeia	223
	<i>Epílogo: entrar no século xxi</i>	247
	<i>As casas de Avis, Beja e Habsburgo</i>	258
	<i>As casas de Bragança e Bragança-Saxe-Coburgo</i>	259
	<i>Presidentes republicanos</i>	261
	<i>Fontes seleccionadas</i>	263
	<i>Obras seleccionadas, publicadas desde 1990</i>	267
	<i>Leituras complementares</i>	273
	<i>Índice remissivo</i>	277

PREFÁCIO

A primeira edição deste livro apoiou-se em investigação realizada na década de 1980, depois de muitos académicos portugueses terem regressado do exílio, na sequência da revolução de 1974. Baseou-se nos trabalhos publicados por eles e nas suas investigações originais. O meu contributo pessoal derivou de uma sensibilidade pela cultura portuguesa adquirida enquanto estudava a história do império português em África. Esse trabalho culminou na publicação de *A Short History of Modern Angola* [*Uma Breve História da Angola Moderna*] em 2015. Desde que foi redigida a anterior edição da presente história, o Portugal pós-imperial tem avançado, tendo tomado medidas para se aliar à Europa numa área de comércio livre e integrando por fim uma união monetária.

Nesta terceira edição melhorada do livro, preparada em 2017, tentei olhar com distanciamento e avaliar as mudanças que afetaram a sociedade portuguesa enquanto os seus líderes atravessavam os soluços económicos do século XXI. O país foi duramente atingido pela derrocada financeira de 2008 e muitos empregados no setor estatal viram deteriorar-se o seu nível

de vida. Em contraste, alguns ramos da indústria no setor privado prosperaram significativamente ao combinar níveis tecnológicos intermédios com custos salariais relativamente baixos. Não obstante, a agricultura continuou a debater-se com dificuldades e até a indústria do turismo, em acentuada ascensão, passou por anos de tremenda incerteza.

A emigração foi um aspeto central da experiência portuguesa desde os tempos medievais tardios e continuou a ter uma influência dinâmica no século XXI. Portugueses extremamente ambiciosos, fossem eles jogadores de futebol, burocratas, engenheiros ou financeiros, conseguiram posições lucrativas nas nações mais desenvolvidas da Europa e da América do Norte. Entretanto, operários de nível intermédio agarraram novas oportunidades de emprego que surgiram em África, com Angola a beneficiar com uma alta temporária no preço do crude e com o investimento chinês em projetos de infraestruturas. Operários especializados e gestores portugueses, talvez uns 100 mil ou mais, viajaram para sul com a indústria da construção. Aspeto importante da dimensão africana foi uma espécie de «colonialismo invertido», com as famílias dominantes de Angola a investir algum do seu espólio em Portugal. As indústrias portuguesas de serviços e financeiras, que tinham sido visadas por investidores espanhóis quando Portugal entrou para a Comunidade Europeia, caíram nas mãos de angolanos quando o governo negociou o caminho pedregoso para a sobrevivência na austeridade, através da privatização das empresas públicas.

Em 2017, Portugal prosperava mais uma vez em ritmo sereno. Vira o seu orgulho ser alimentado pela concessão do Prémio Nobel da Literatura a José Saramago e o mundo reconheceu a mestria dos seus líderes ao eleger um antigo primeiro-ministro, António Guterres, como secretário-geral da Organização das Nações Unidas.



MAPA 1 — PORTUGAL

INTRODUÇÃO

Portugal é um dos sobreviventes mais bem-sucedidos da História. Um país pequeno cuja população aumentou, a pouco e pouco, de um milhão para dez milhões de habitantes ao longo de 800 anos. Nesse período adquiriu autonomia política e cultural no seio da Europa. Também deixou a sua marca em todos os cantos do planeta através da colonização, da emigração e do comércio. Ao contrário da mais próspera Catalunha, conseguiu escapar ao cativeiro espanhol no século xvii. Em contraste com a igualmente dinâmica Escócia, não foi politicamente absorvido pelo seu protetor económico no século xviii. Distinguindo-se dos reinos de nível intermédio de Nápoles ou da Baviera, não foi canibalizado na unificação dos grandes impérios terrestres da Europa no século xix. Ao contrário da Alemanha e da Itália, não perdeu as suas colónias africanas na Primeira nem na Segunda Guerra Mundial. E, em contraste com outros países agrícolas como a Irlanda ou a Dinamarca, permaneceu fora da Comunidade Económica Europeia até à década de 1980.

Contudo, Portugal foi mais do que um sobrevivente tenaz da História moderna: foi também pioneiro em muitos dos

desenvolvimentos históricos do mundo europeu. Cristãos portugueses da Idade Média, com alguma ajuda de mercenários ingleses, combateram contra muçulmanos portugueses para dominar a orla ocidental da Europa no século XIII. Os Portugueses criaram o primeiro Estado-nação «moderno» da Europa, cujas fronteiras não mudaram desde a queda do antigo «Reino do Ocidente» muçulmano no Algarve. Um século mais tarde foram pioneiros no conceito de colonização ultramarina nas ilhas do Atlântico. No século XVI tinham encontrado o caminho marítimo para a Ásia. O império português da pimenta pode ter sido de curta duração, mas abriu caminho para os grandes impérios comerciais dos Países Baixos e da Grã-Bretanha, que lhe seguiram os passos. Na América, a conquista do Brasil por Portugal ultrapassava em magnitude as 13 colónias britânicas que viriam a ser os Estados Unidos da América. Além disso, o fluxo de ouro português das terras altas brasileiras foi um ingrediente de relevo para o desenvolvimento da revolução industrial europeia, que principiou na Grã-Bretanha do século XVIII.

Não foi só nos seus empreendimentos ultramarinos que Portugal abriu caminho. Foi também pioneiro na procura de novas formas de organização social na Europa. O liberalismo português pretendia libertar o país do clericalismo excessivo e preparar o caminho para a democracia e o humanitarismo. Portugal foi uma das primeiras nações do Velho Mundo a adotar a forma republicana de governo ao estilo francês. Ao mesmo tempo, teve de lutar para dominar o meio pouco pródigo em que se movia. No século XVII, a fazenda pública sofreu as pressões constantes das exigências da guerra naval para proteger a independência portuguesa e recuperar as colónias atlânticas. No século XVIII empreenderam-se projetos monumentais de obras públicas e construíram-se palácios reais de prestígio,

excedendo em grande medida as expectativas arquitetónicas de um pequeno país agrário. No século XIX, os proventos da derradeira fase do comércio escravagista africano e as remessas de milhões de emigrantes no Novo Mundo possibilitaram que Portugal sustentasse uma classe média culta com um elegante estilo de vida vitoriano. Para o historiador fica uma rica safra de questões sobre como tão pequena nação realizou tanto ao longo de tantos séculos.

Um refrão constante da história moderna portuguesa é a busca de modernização económica. Desde os primeiros dias da independência portuguesa, quando eclodiu a revolta contra o cativero espanhol, em 1640, Portugal esteve ligado economicamente ao seu protetor naval, a Inglaterra. Não surpreende, portanto, que aspirasse a imitar a Inglaterra no crescimento e na diversificação das suas atividades económicas. Portugal procurou, em particular, escapar à armadilha do «subdesenvolvimento», que o levava constantemente a fornecer matérias-primas e a comprar produtos acabados. A tentativa de iniciar uma revolução industrial foi levada a cabo quatro vezes, em quatro séculos diferentes, com graus variáveis de êxito. No século XVII, quando as guerras da independência haviam chegado ao fim, os proprietários de terras e os burgueses envolveram-se num combate feroz pelo desenvolvimento de uma indústria de têxteis de lã. Ganharam os proprietários de terras e os interesses dos burgueses foram canalizados para as oportunidades recém-descobertas do Brasil. Só quando o ouro brasileiro secou, em finais do século XVIII, é que a industrialização voltou a tornar-se numa prioridade para o governo português. Porém, a manufatura não podia competir com o comércio do vinho de qualidade como fonte de intercâmbio com o estrangeiro, por isso as vinhas quase se tornaram na monocultura de Portugal após o declínio da mineração brasileira. A terceira tentativa de uma revolução na produção, e a criação

de indústrias de substituição das importações, teve lugar em finais do século XIX, quando o comércio de vinho entrou em queda e a competição estrangeira adquiriu vantagem sobre Portugal. A ascensão da indústria mecanizada foi suficientemente importante para criar um proletariado urbano, que assumiu um novo papel nos assuntos do país e ajudou a proclamar a república, em 1910. Contudo, a recessão mundial de 1930, e uma prolongada ditadura retrógrada que idealizava a pobreza camponesa e protegia uma oligarquia extremamente privilegiada, trouxe uma geração de estagnação. O quarto salto industrial só ocorreu na década de 1960, quando Portugal obteve algum benefício da divisão mundial do trabalho, tendo empresas multinacionais procurado os mercados laborais mais disciplinados e mal pagos como destino para a transferência de fábricas de regiões de custo elevado, e com grande força sindical, com tradição de produção industrial. No mesmo período, empreendedores industriais nacionais iniciaram o uso tardio das colónias africanas de Portugal, e do seu acesso próximo à Europa continental, para montar indústrias têxteis e de plásticos, estaleiros navais e engenharia ligeira. Em 1986, quando Portugal entrou finalmente para a Comunidade Europeia, o processo de modernização estava bem lançado para a quarta tentativa.

O estabelecimento de uma cronologia adequada segundo a qual dividir a história moderna de Portugal oferece uma variedade de opções. O século XVII foi essencialmente a era do nacionalismo. A fuga de Espanha principiou em 1640 e foi por fim reconhecida em 1668, depois de uma geração de instigações inconstantes à guerra, nas fimbrias das grandes guerras de identidade nacional da alvorada da modernidade europeia. No entanto, o nacionalismo exigia reconhecimento e proteção de aliados solidários e a esses era preciso retribuir. Um ativo de que Portugal dispunha era uma princesa real, Catarina de Bragança,

que foi enviada para Inglaterra com um enorme dote quando não foi possível encontrar um pretendente francês mais prestigiado. Contudo, uma aliança dinástica não era suficiente para garantir a sobrevivência nacional e o apoio constante do poderio naval inglês. Em 1703, a aliança luso-britânica, que tinha raízes no intercâmbio de vinho por tecidos de lã no século XIV, foi reforçada com a famosa, alguns diriam infame, assinatura do tratado de John Methuen. Nalguns aspetos, o Tratado de Methuen fez de Portugal um cliente «neocolonial» da Grã-Bretanha, mas o tratado não era tão desigual como poderia parecer e, embora com um custo, tornou-se num fator permanente de garantia da soberania que Portugal conquistara no século XVII.

A história do século XVIII é dominada pelo terramoto de Lisboa de 1755, talvez o único episódio da história portuguesa que ficou gravado na memória popular da cultura europeia. Todavia, o século XVIII foi de uma ostentação espetacular, pois a Igreja, a Coroa e a Nobreza competiam entre si na construção de capelas e palácios ornamentados com o ouro do Brasil. Os Bragança eram considerados pela opinião da época como sendo a família mais rica do mundo. Uma das capelas laterais da igreja de S. Roque foi construída com mármore precioso em Roma, para que pudesse ser abençoada pelo papa antes de ser desmontada e reconstituída peça por peça em Lisboa. O imponente palácio-convento de Mafra foi construído em estilo barroco joanino e o aqueduto de Lisboa conduzia água para a cidade sobre colunas em estilo romano a quase 60 metros de altura. Contudo, a riqueza dissipou-se depois do sismo e Portugal confiou o seu destino a um dos grandes déspotas iluminados do século XVIII, o marquês de Pombal. Depois de passar por um longo aprendizado diplomático em Londres e Viena, ele esforçou-se por modernizar o país, livrando os judeus da perseguição da Igreja, abolindo a escravatura fora

das colónias, limitando o poder da nobreza, encorajando a ascensão da burguesia, aumentando os lucros do comércio do vinho e reformando os métodos estatais de administração e finanças.

O século XVIII findou em duas etapas. Na primeira, os exércitos de Napoleão invadiram Portugal e a família real fugiu com os seus milhares de serventes, como havia ocasionalmente pensado fazer durante crises anteriores, para os seus domínios transatlânticos e mais ricos no Rio de Janeiro. Os exércitos de Wellington contrainvadiram de imediato e protelaram durante 10 anos o acesso português às novas ideias revolucionárias do século XIX. Assim, a Revolução Portuguesa não eclodiu antes de 1820. Não foi por isso menos vigorosa e, tal como a Revolução Francesa que a precedeu, atravessou fases de radicalismo constitucional, depressão reacionária, guerra civil, sublevação popular e terror urbano. Em 1851, quando a revolução chegou ao fim, Portugal estava significativamente transformado. A velha burguesia do século XVIII passara a ser a nova nobreza. Os seus líderes tinham dissolvido os mosteiros, distribuído as terras da Igreja, vendido os bens da Coroa, instituído uma série de novos títulos aristocráticos e criado um sistema parlamentar com privilégios de propriedade extremamente restritos para os «comuns» e uma segunda câmara parlamentar para os pares do reino, ao estilo britânico. Os novos nobres iniciaram meio século de estabilidade política, cada vez mais imóvel após 30 anos atribulados de evolução.

A era vitoriana em Portugal decorreu sob o reinado da casa ubíqua de Saxe-Coburgo. O rei consorte D. Fernando e os seus filhos foram patronos das artes. Os jardins botânicos de Lisboa foram alvo da admiração de Baedeker como sendo os mais belos da Europa. O *beau monde* frequentava a ópera de D. Maria II para ver e ser visto. Lisboa foi ligada a Paris numa febre de

investimento especulativo da era ferroviária. A cidade construiu uma rede de funiculares, elétricos e elevadores públicos com o contributo da engenharia do famoso Eiffel. O papel do governo foi alargado por programas vigorosos de obras públicas. Os únicos sobressaltos verificaram-se quando o preço do vinho sofreu quedas, como em 1870 e 1890. Portugal tentou compensar essas perdas com um regresso ao passado imperial. As tentativas de formar um terceiro império, dessa vez não na Ásia nem na América mas em África, foram temporariamente frustradas pelas limitações cautelosas de investidores especulativos e pelas ambições de imperialistas britânicos, rivais na África Central. Contudo, isto não aconteceu antes de o apetite de um nacionalismo popular português por empreendimentos coloniais ter sido estimulado. Conquistas coloniais criaram heróis populares e fracassos coloniais contribuíram para que chegasse ao fim a longa era vitoriana de estabilidade.

O tempo do liberalismo vitoriano concluiu-se em três etapas. Na primeira, em 1890, Portugal entrou em rota de colisão com a Grã-Bretanha em África e teve de recuar nas suas pretensões às regiões centrais do Zambeze em favor de Cecil Rhodes. A humilhação nacional desacreditou o governo e trouxe má reputação à dinastia rural. Daí a 20 anos, republicanos portugueses, tanto democratas como anarquistas, tinham derrubado a monarquia e declarado uma república liberal em 1910. A república não foi mais capaz de obter riqueza das colónias, nem de levar a cabo uma política externa independente da Grã-Bretanha ou de satisfazer as exigências legítimas do proletariado e da classe média-baixa, em ascensão, do que fora a monarquia burguesa. Também ela foi derrubada, mas dessa vez por rebeldes católicos de direita dos quadros superiores do exército. O golpe de 1926 precipitou uma quarta e última etapa da história contemporânea portuguesa. Depois do mercantilismo nacional do século XVII,

do imperialismo absolutista do século XVIII e da monarquia liberal do século XIX, o século XX tornou-se numa era de conservadorismo autoritário.

Os rebeldes do exército de 1926 começaram por não ter qualquer sucesso na satisfação dos seus interesses de facção. Daí a dois anos entregaram o poder a um rígido leigo católico chamado Salazar, um professor de economia na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, que usava chapéu de feltro e que garantiu financiar o bem-estar e o prestígio social das Forças Armadas em troca de autoridade ditatorial para governar o país. Esta aliança profana, forjada nos primeiros anos do fascismo europeu, conduziu Portugal para um período de severa recessão económica, governo autoritário e policial, e estratificação social polarizada. Só passados 40 anos de amarga terapia monetarista pôde começar a afirmar-se alguma liberalização económica na década de 1960. Passariam ainda outros dez anos até que a democracia fosse restabelecida, após uma breve sublevação revolucionária em 1974–1975, e só depois Portugal foi aceite nas instituições da Comunidade Europeia.

Quando se ensaia uma visão de conjunto do significado da História portuguesa, é difícil decidir se o traço mais distintivo é o tradicionalismo isolado do campo ou a estreita integração de Lisboa nos desenvolvimentos mundiais. Tendo outrora pontificado sobre o triângulo que ligava a África, a Europa e a América Latina, Portugal adquiriu a sua autonomia mediante uma sucessão de ruturas dramáticas com os seus principais correspondentes. Rompeu com a Espanha em 1640, com o Brasil em 1822, com a Grã-Bretanha em 1890 e com a África em 1974. O isolamento da maior parte de Portugal era surpreendente e quase permaneceu alheado da Revolução Francesa durante toda uma geração. Portugal também se manteve à margem da revolução industrial, não obstante as aspirações da sua elite liberal.

Mais surpreendente ainda foi que Portugal ficasse isolado das transformações da Segunda Guerra Mundial: valores sociais de um conservadorismo quase eduardiano continuaram a predominar até à década de 1960. Apesar do isolamento político e social do país, Lisboa e Porto tentaram acompanhar os desenvolvimentos na Europa e as ideologias da mudança política espanhola costumavam propagar-se rapidamente para a capital portuguesa. No extremo oposto da Europa, Portugal exibia paralelismos esclarecedores com a Escócia, um país de pescadores, pastores e lavradores que caiu sob a alçada económica de Inglaterra, e também com a Irlanda, onde predominavam os camponeses católicos pobres. Ambas as nações célticas imitaram Portugal no envio de vastas comunidades de emigrantes para as Américas, onde as três nações deixaram marcas culturais profundas nas sociedades do Novo Mundo.

A individualidade cultural de Portugal atraiu muitos e excelentes observadores e estudiosos, tanto nacionais como estrangeiros. Os comentários de britânicos que visitaram Portugal ao longo dos séculos foram coligidos por Rose Macaulay num volume fascinante de irónica percetividade. O historiador *par excellence* do império foi Charles Boxer, cujas obras atraíram a atenção mundial sobre Portugal. Contemporâneo dele no campo da história económica foi Vitorino Magalhães Godinho, cujas obras extraordinárias começaram a ser preparadas no exílio em França. Outro distinto exilado, A. H. de Oliveira Marques, regressou dos Estados Unidos para inaugurar uma nova linha de estudos biográficos, antes de se lançar no empreendimento de editar em grande escala volumes que versavam da colonização do Atlântico no século xv ao império republicano na África do século xx. Depois da revolução de 1974, os historiadores portugueses puderam atualizar-se em matérias de novas modas intelectuais, sobretudo nas áreas da história social e industrial. As tradições de

investigação britânicas influenciaram as obras de José Cutileiro, Vasco Pulido Valente, Jill Dias e Jaime Reis. O papel do império foi reavaliado de forma sóbria por Joseph Miller nos Estados Unidos e por Gervase Clarence-Smith na Grã-Bretanha. Entretanto, a sede de conhecimento em Portugal foi parcialmente satisfeita por uma história em seis volumes profusamente ilustrados, editados por José Hermano Saraiva.

Desde a publicação da primeira edição deste livro, muitas obras novas têm sido publicadas em inglês, em português e em francês, e também ele está agora disponível em português e em espanhol. Anexa-se a esta edição uma seleção de livros novos, com algumas linhas a comentar cada um deles. De forma mais audaciosa, dedicaram-se algumas páginas a Portugal desde 1990, mau grado todas as advertências para que os historiadores não se debrucem sobre realidades demasiado próximas.

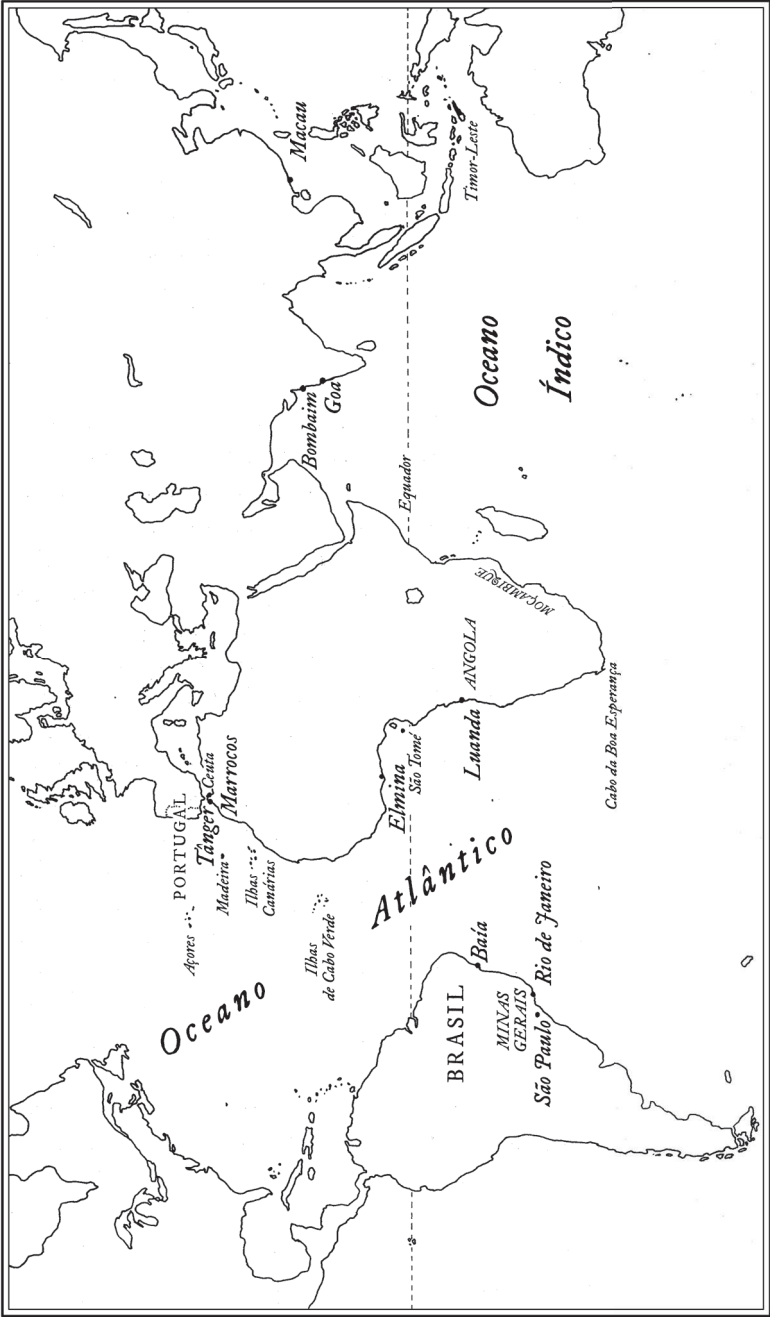
Entre as novas obras há várias compilações em múltiplos volumes em que colaboraram dezenas dos melhores historiadores de Portugal no período pós-revolucionário, para produzir não só novas descrições de Portugal e do seu império como também interpretações revistas do passado que são de uma radicalidade estimulante. Uma das inovações da primeira edição deste livro foi a tentativa de lançar uma luz desusadamente positiva sobre as realizações sociais de Portugal, tanto durante a era oitocentista do liberalismo como ao longo da primeira república, nos começos do século xx. Este tremeluzir de uma nova percepção veio a irromper de vida no quinto volume da *História de Portugal* de José Mattoso, que analisa o longo período de depreciação académica de que sofreu a história portuguesa moderna durante a ditadura de 1926 a 1974, uma depreciação que, no que é deveras surpreendente, infetou grande parte da escrita estrangeira sobre Portugal.

A nova historiografia faz mais do que apenas confrontar este-reótipos negativos de Portugal. Também lança uma luz renovada

sobre os mitos que sustentaram por muito tempo, e nalguns casos ainda sustentam, a autoimagem dos patriotas e políticos de Portugal. Durante toda a ditadura de Salazar, o infante D. Henrique, que adquirira anteriormente estatuto heroico na Inglaterra vitoriana com a designação de o *Navegador*, foi retratado como a materialização da grandeza portuguesa, e o governo de Salazar, empobrecido no pós-guerra, despendeu uma pequena fortuna a erigir um avultado monumento de pedra, em honra dele, à entrada do porto de Lisboa. Os revisionistas que tentaram explorar as realidades por baixo da propaganda foram acusados de «regicídio», mas interpretações alternativas da era das descobertas foram-se afirmando gradualmente e culminaram na excelente biografia do príncipe, de autoria de Peter Russell.

Quando, em 2002, Portugal concluiu o seu processo de entrada na União Europeia ao adotar a moeda comum, os seus políticos precisavam ainda de heróis patrióticos a quem pudessem prestar culto para preservar o sentimento de identidade nacional. Eram particularmente propensos a admirar Vasco da Gama, com cujo nome foi batizada uma nova ponte de oito quilómetros sobre o portentoso Tejo, cinco séculos após a sua minúscula frota ter seguido a corrente na primeira viagem marítima europeia à Índia. Tal era o estatuto histórico do almirante que os estadistas portugueses se sentiram, de início, desconfortáveis quando um historiador económico indiano, Sanjay Subrahmanyam, se interrogou em voz alta se os marinheiros de um reino tão remoto e minúsculo como Portugal poderiam ter realmente criado vagas económicas entre 300 milhões de asiáticos ou se Vasco da Gama e os seus sucessores seriam pouco mais do que gotas no oceano. Não obstante, o debate aberto tornara-se respeitável no Portugal democrático que agora se erguia das cinzas do fascismo europeu tardio. Os novos historiadores que revisitaram

a Idade Média, que trouxeram à luz do dia a arte e a música de Portugal e que analisaram as raízes da sua própria e recente revolução foram assim suficientemente ousados para abordar os grandes temas do império com pinceladas vigorosas. O estudo académico cavalgou alto em Portugal.



MAPA 2 — PORTUGAL ULTRAMARINO

1

POVOS, CULTURAS E COLÓNIAS

A criação do Portugal moderno principiou com a revolução de 1640 e a guerra de 28 anos com Espanha. Claro que o povo de Portugal é muito mais antigo do que o Estado moderno e a sua história é extensa e rica. De facto, o reino medieval de Portugal é por vezes descrito como a mais antiga formação política ainda sobrevivente na Europa. As raízes culturais da sociedade portuguesa remontam a um tempo ainda mais antigo. Homens e mulheres da Idade da Pedra deambularam pela Ibéria ocidental e, ainda que não tenham prosperado, pelo menos ofereciam aos seus líderes falecidos sepulturas megalíticas dignas. O Portugal neolítico ensaiou a criação de animais domésticos, ou parcialmente domesticados, e a cultura de cereais; também desenvolveu a apanha de peixe, que viria a tornar-se numa fonte permanente de nutrição e bem-estar económico ao longo dos séculos. A arte portuguesa evoluiu de contas de pedra e osso talhado para a ornamentação de faiança primitiva, um ofício que se conservou até ao presente. A fronteira

relativamente aberta a norte e a leste possibilitou a migração para lá e para cá, trazendo consigo cada nova faceta da tecnologia humana, incluindo o trabalho com cobre, a fundição do bronze e, por fim, o fabrico de utensílios de ferro. A idade dos metais também introduziu a escultura de joalharia preciosa e a procura de ouro, tanto internamente como em lugares remotos, estendendo-se como uma linha fina ao longo da história subsequente de Portugal.

Durante a Idade do Ferro, a cultura portuguesa foi regularmente enriquecida por novos povos e ideias provenientes do mundo exterior da Europa, do Mediterrâneo e de África. Os antigos Celtas, linguisticamente aparentados com os Bretões e os Galeses, vieram por via terrestre em busca de oportunidades agrícolas e para se instalarem. A estrutura familiar no Norte de Portugal e a organização das aldeias derivaram da experiência celta. Os Celtas foram também uma fonte importante de influência artística e as tradições musicais deles, baseadas em gaitas de foles, propagaram-se ao longo das gerações. Nas zonas costeiras, as influências colonizadoras foram trazidas por mercadores marítimos das cidades fenícias do Levante. As minas de Portugal, como as da Cornualha, enriqueceram as «civilizações» do Mediterrâneo. Aos marinheiros fenícios sucederam-se gregos e cartagineses, que também deixaram a sua marca nos portos e praias da costa atlântica. Negociantes de longa distância introduziram uma tecnologia de construção naval e o gosto por vinhos importados em cântaros para complementar as cervejas locais. No entanto, os principais colonizadores da antiguidade portuguesa foram os Romanos, que colonizaram tanto o interior como a orla costeira.

No século II antes da era cristã, os Romanos, tendo derrotado os seus rivais cartagineses na Ibéria ocidental, propuseram-se tentar dominar os Lusitanos, que viriam mais tarde a ser conhecidos como Portugueses, na Ibéria oriental. Depois de mais de cem anos de combates com grandes custos, a república

romana enviou Júlio César para quebrar a resistência constante nas terras altas centrais de Portugal. Com um exército de 15 mil homens, atravessou as montanhas, chegou ao Atlântico e abriu caminho à força para norte, até ao vale do Douro. Considerou «Portugal» suficientemente próspero para oferecer o espólio necessário para satisfazer os seus credores em Roma. Quarenta anos depois, as legiões concluíram a «pacificação» sangrenta do Noroeste da Ibéria e quatro séculos de romanização intelectual e económica começaram a transformar a vida dos povos lusitanos. Foi construída uma extensa estrada estratégica entre o grande porto de Lisboa e o Norte fértil, que só seria melhorada na era dos caminhos de ferro, dois mil anos mais tarde. Os grandes rios foram dotados com pontes de pedra com engenharia de tal perícia que algumas dessas obras ainda hoje subsistem. Ainda maior elegância arquitetónica ficou patente nos aquedutos instalados sobre arcos que transportavam água pela ressequida planície meridional. No coração do país floresceu a cidade romana de Conímbriga, não muito longe da futura cidade medieval de Coimbra.

A colonização romana, fosse por imigrantes de Itália ou por recrutas desmobilizados que tinham cumprido o seu serviço nas legiões, foi tão intensiva e prolongada que a língua do povo se latinizou. Com idêntica penetração foram adotados os modelos romanos de lei urbana e de administração. As cidades adquiriram direitos financeiros e jurídicos, e responsabilidades com uma complexidade que perdurou. Cidades importantes como Mértola, no rio Guadiana, cunhavam as próprias moedas. O governo municipal tornou-se no elemento-chave do sistema político de Portugal. Foi também a forma de controlo que os Portugueses levaram consigo pelo mundo quando iniciaram os próprios empreendimentos coloniais mil anos após os Romanos terem deixado de governar o mundo antigo. Fora das cidades, as moradias romanas de campo tornaram-se no elemento central

das grandes propriedades agrárias, designadas num tempo posterior como «latifúndios». Algumas propriedades romanas das planícies do Sul estendiam-se por quatro mil ou mais hectares, em que uma clientela de súbditos e escravos comprados cultivavam olivais e vinhas, trigo e centeio, figos e cerejas. Além das colheitas e do gado, algumas herdades ao longo do rio Tejo tornaram-se conhecidas por criar cavalos lusitanos de grande valor. Os proprietários mais abastados das casas de campo encomendavam belos mosaicos para os seus pátios, construíam banhos quentes para os quartos dos seus hóspedes e possuíam templos privados para as suas cerimónias fúnebres. Ao mesmo tempo, os seus servos e concubinas alimentavam-se de sopa de feijão-verde e papas de milho.

As indústrias da antiguidade portuguesa estavam relacionadas com as exigências da civilização romana. Exploraram-se pedreiras para fornecer blocos de construção, lajes de pavimentação e pedra de grão fino para a gravura de inscrições. Portugal extraía até algum do mármore usado nos melhores edifícios. Minas a céu aberto de ouro e chumbo, a norte, e de cobre e ferro, a sul, eram detidas pelo Estado e geridas por concessionários estritamente supervisionados. Para limitar o contrabando e a fuga aos impostos, todos os que fossem apanhados a transportar metais a horas noturnas estavam sujeitos a multas pesadas. A força de trabalho era exclusivamente composta por escravos, um modo de produção que persistiria em Portugal até ao século XVIII. Na costa sul e em volta do estuário do rio Sado, a principal indústria era a conservação do peixe. A pasta de atum portuguesa, que fora desenvolvida como iguaria pelos Fenícios, era amplamente apreciada na Atenas clássica e tornou-se num dos principais produtos de exportação do Algarve romano. A cura do peixe exigia grandes quantidades de sal que era obtido nas costas de Portugal. A secagem do peixe, como a cerâmica e

os têxteis, era uma indústria romana que continuou a ser um dos esteios da economia portuguesa pelos tempos modernos. Porém, o legado de Roma que mais perdurou foi talvez a tradição artística de túmulos cinzelados, de escultura de mármore, de pavimentos de mármore, tendo tudo isso sobrevivido para ser adaptado e imitado ao longo da Idade Média e para lá dela.

As invasões germânicas que transformaram o império romano tiveram em Portugal o mesmo impacto que noutros lugares. Os Germanos instalaram-se no Norte de Portugal lado a lado com os Lusitanos romanizados. Em muitos aspetos, os novos Germanos tentaram conservar as tradições romanas, por exemplo imitando-lhes a moeda. Um grupo de imigrantes criou um reinado no século v, cuja capital se situava em Braga. A filiação internacional do reino de Braga poderá ter sido com o Império Bizantino do Oriente, mas as suas autonomia e alianças não eram suficientemente poderosas para resistir à incorporação num império germânico da Ibéria mais vasto, o reino dos Visigodos. Embora a dominação goda se tenha prolongado pelo século vii em Portugal, o impacto jurídico, cultural e económico foi atenuado e a capital, com a sua ornamentação vistosa, ficava muito longe, em Toledo, na Espanha. Em muitos aspetos, o período germânico em Portugal tende a ser melhor recordado por historiadores como um interlúdio entre o meio milénio de alta cultura romana que o precedeu e o meio milénio de alta cultura islâmica que lhe sucedeu. No entanto, um legado germânico sobreviveu. Foi uma cristandade reforçada. A nova religião mediterrânica começara a disseminar-se em Portugal nos tempos romanos tardios, mas foram os príncipes germânicos quem lhe conferiu um novo ímpeto. A cidade de Braga tornou-se no primeiro episcopado de Portugal, enquanto a de Toledo veio a ser a mais antiga sé eclesiástica em Espanha. A cristandade na Ibéria sobreviveu a 500 anos de domínio islâmico.

A islamização de Portugal principiou tardiamente no primeiro século muçulmano. Entre 710 e 723 do calendário cristão, exércitos árabes e os seus seguidores berberes, vindos do Norte de África, atravessaram a Ibéria e invadiram a França, levando com eles uma nova e florescente civilização mediterrânica. A sua capital viria a ser a abastada metrópole de Córdova, onde a grande mesquita se estendia sob um milhar de pilares de mármore, sobranceira à velha ponte romana sobre o rio Guadalquivir. Mais para ocidente, a islamização conduziu à conversão de uma grande proporção da população de Portugal. Antigos templos romanos foram adaptados ou reconstruídos para se tornarem novas mesquitas. Minorias cristãs e judaicas que se mantinham totalmente fiéis à sua fé eram toleradas, mas o Islão tornou-se na religião do povo. O Islão só não conseguiu penetrar no extremo norte, onde a influência germânica fora mais forte, pois os poderes cristãos locais resistiram ao poderio imperial de Córdova. No resto do país, jovens portugueses ambiciosos deixaram as suas casas no Ocidente para tentarem a sorte como administradores e negociantes nas grandes cidades muçulmanas. Na velhice regressaram, carregados de recordações, às suas aldeias para cultivar abóboras e escrever poesia pastoril em verso árabe. A tradição de emigração e de um anseio anelante pelos encantos idílicos da terra natal já estavam bem implantados no Portugal do século IX, 500 anos antes de Camões escrever os seus poemas sobre os portugueses saudosos na Índia.

A ciência e a erudição estiveram entre os contributos mais profundos que os estudiosos muçulmanos trouxeram para Portugal. Os antigos filósofos e matemáticos gregos foram redescobertos por meio de traduções árabes dos clássicos. Astrolábios e bússolas foram introduzidos para facilitar a navegação em mar aberto, assim como a cartografia. A experiência muçulmana de construção naval para o mar alto do oceano Índico, em vez

do mais calmo Mediterrâneo, foi adaptada para as condições do Atlântico. Adotaram-se termos técnicos árabes não só na arquitetura naval como ainda na arquitetura doméstica. Pavimentação em blocos, chaminés cobertas e paredes revestidas a ladrilhos tornaram-se numa característica permanente das casas portuguesas. Os azulejos muçulmanos tinham decorações geométricas, mas em séculos posteriores os cristãos usaram-nos para montar murais amplos e complexos, a retratar episódios da história e cenas da vida quotidiana. No Portugal muçulmano o vernáculo manteve-se latinizado, mas os termos técnicos para plantas e utensílios, pesos e medidas, carros e arreios foram adotados do árabe. O maior impacto económico da cultura islâmica sentiu-se na agricultura. A irrigação foi melhorada e alargada, sendo construídas enormes noras para retirar água dos rios para os campos. A mecanização da moagem dos cereais disseminou-se em substituição do trabalho intensivo do pilão nos almofarizes. Na Lisboa muçulmana, a cidade foi elogiada pelo geógrafo Idrisi pelos seus banhos públicos com água quente e excelente saneamento. A vida social era dominada pela música e pela dança, e pela exibição de belos trajes. Muito depois de o governo de Portugal ter passado do domínio muçulmano para o cristão, dançarinos «mouros» continuavam a ser convidados para atuar nas grandes cerimónias do Estado. É talvez detetável na música popular recorrente do bairro de Alfama, em Lisboa, uma ancestralidade muçulmana. As serpenteantes vielas muçulmanas persistem atualmente, muito semelhantes ao que eram quando foram conquistadas por cruzados ingleses em 1147.

As guerras religiosas portuguesas principiaram muito antes de o movimento europeu de cruzadas ter trazido à região mercenários transportados por mar com destino à Terra Santa. Nas montanhas do Norte da Ibéria, a política cristã sobrevivera em pequena escala durante quase toda a era islâmica. No século xi

da era cristã, esses povos setentrionais faziam incursões profundas em território muçulmano, para lá de Braga em Portugal e até Toledo na Espanha. Ao mesmo tempo surgia uma vitalidade militar renovada vinda de África para impor uma nova dinastia, os Almorávidas, na Ibéria muçulmana. O apelo cristão a auxílio estrangeiro suscitou resposta entre as tribos de França. Os monges de Cluny encorajaram cavaleiros franceses, com os seus seguidores armados, a juntarem-se às guerras de religião em Portugal. No final do século XI, um Henrique de Borgonha dominava a terra em redor do porto da cidade do Porto, no rio Douro, conhecida por «Portucale», a «terra do porto». A 9 de abril de 1097, 31 anos depois de o duque francês da Normandia ter conquistado a Inglaterra, Henrique de Borgonha afirmou a sua pretensão às planícies atlânticas de Portugal do rio Minho ao rio Mondego. Estava a surgir em Portugal um estado cristão para desafiar as cidades muralhadas e os castelos altaneiros dos estados muçulmanos.

O Condado Portucalense em breve aspirou ao estatuto de reino e o filho de Henrique, Afonso Henriques, fundou a sua capital real na cidade bem fortificada de Guimarães, não longe da sé arcebispal de Braga. As pretensões depararam-se com forte oposição em duas frentes. A norte, os reis cristãos que posteriormente conquistaram Castela reivindicaram supremacia e Portugal foi forçado a investir vastos recursos para treinar e equipar pessoal militar e para a construção de fortificações de pedra. No Sul, as aspirações de Portugal para dominar as planícies do rio Tejo depararam com resistência de comunidades muçulmanas sob domínio almorávida. Todavia, rompeu para sul na primeira metade do século XII e mudou a capital, primeiro para Coimbra e depois para Lisboa, na sequência da captura da cidade por cruzados numa orgia particularmente desumana de derramamento de sangue. Na segunda metade do século XII,

o poderio muçulmano renasceu sob a dinastia almóada, que atravessara de Marrocos para a Europa, mas no século XIII a vantagem coube mais uma vez aos cristãos. Entretanto, a fronteira setentrional permaneceu profundamente mobilizada para o combate, o que provocou muita tensão na sociedade medieval portuguesa. A colaboração entre a nobreza e a monarquia entrava regularmente em rutura e o contrato feudal era convulsivamente substituído pela autoridade régia exercida por juristas eclesiásticos formados na Universidade de Bolonha, em Itália. Uma oposição crescente a este autoritarismo real culminou em 1245 numa guerra civil cristã.

As guerras de religião em Portugal tiveram um profundo efeito de empobrecimento do país depois de um longo período de tranquilidade muçulmana. Não só a guerra trouxe com ela a fome, a fuga e o alastrar de doenças, como também perturbou a trajetória de progresso económico. À medida que os cristãos faziam incursões cada vez mais para sul, por vezes seguidas de ocupação cristã permanente, também os muçulmanos portugueses procuraram emigrar para regiões mais calmas e prósperas da Espanha e de Marrocos. Áreas da terra conquistada foram parcialmente despovoadas e imigrantes do Norte viviam delas de forma pródiga e extensiva, em vez de investirem numa agricultura avançada e produtiva. Os muçulmanos que ficavam para trás viam-se muitas vezes escravizados ou, na melhor das hipóteses, remetidos para estatuto inferior. Os guetos cristãos nas cidades muçulmanas, por outro lado, formavam a nova liderança local. O aspeto mais artístico da colonização cristã foi a fundação de mosteiros cistercienses nas antigas terras muçulmanas. O grande Mosteiro de Alcobaça foi só uma das representações portuguesas da florescente arquitetura medieval. A colonização monástica e o desenvolvimento agrícola contrastavam com as atividades mais mercenárias das ordens militares cristãs,

como os Templários, que também assumiram papel destacado nas guerras. Contudo, depois de 1250, a formação da nação adquiriu um cariz mais construtivo, com as duas metades de Portugal a reunirem-se.

Em 1256, a monarquia ressuscitada, que adotou modelos franceses de democracia incipiente, convocou as Cortes, para discutir os diferendos da ambição nacional. As aspirações dos nobres satisfizeram-se parcialmente com mais uma vaga de expansão territorial, quando os cristãos de Portugal conquistaram o vizinho Algarve e reabasteceram as suas fortunas ao velho estilo da pilhagem. Os grandes castelos «mouros» do Algarve, o «Reino do Oeste» atlântico do Islão, serviram de prémio aos conquistadores cristãos. Contudo, a fim de evitar uma hemorragia debilitante de gentes produtivas, os novos soberanos concederam alguns direitos cívicos e económicos aos seus súbditos muçulmanos. A tolerância cristã das práticas religiosas islâmicas não era tão abrangente como fora a tolerância muçulmana do culto cristão, mas o Islão sobreviveu durante alguns séculos entre camponeses e artesãos, e a terra amena de pomares e pescas continuou a prosperar suavemente como reino com alguma autonomia, cujo governante também usava a coroa de Portugal.

A conquista cristã do Algarve teve a grave desvantagem de pôr Portugal em conflito intenso com Castela. Este conflito viria a dominar a política externa de Portugal nos 700 anos que se seguiram. A expansão de Castela para sul, desde a meseta da Espanha central, seguiu em estreito paralelismo com a expansão de Portugal. No entanto, Portugal teve a vantagem de acesso constante à costa atlântica. A exigência de Castela de uma passagem para o mar resultou em pretensões sobre o oeste muçulmano que a conquista portuguesa do Algarve frustrou. Castela foi forçada a desenvolver o seu comércio marítimo através de portos fluviais conquistados na Andaluzia, de Sevilha e de Córdova,

em vez dos portos oceânicos de Lagos e Tavira a que aspirava. O conflito não terminou com a queda do Algarve e o confronto entre Portugal e o seu vizinho oriental intensificou-se. A tradição militar de manter castelos de fronteira para proteger o reino já não era dirigida aos inimigos muçulmanos a sul, mas aos pares cristãos de leste. As fortalezas fronteiriças foram periodicamente reforçadas até à grande guerra da independência portuguesa que principiou em 1640. O financiamento da defesa constituía um enorme fardo para o tesouro português, o que exacerbou ainda mais a difícil demanda de equilíbrio social entre as camadas rivais da sociedade da pós-conquista.

A sociedade portuguesa dividiu-se em três regiões geográficas muito distintas nos séculos que se seguiram às guerras de religião. A norte, uma hierarquia feudal de relações contratuais dominava uma economia essencialmente agrária. O fornecimento de mão de obra aos nobres em troca de um quinhão das colheitas e proteção mínima contra agressores vizinhos era a base do contrato social. O sistema era explorador, violento e instável, mas sobreviveu até a catástrofes em grande escala no século XIV, como a Peste Negra e uma revolta de «camponeses», tendo ambas afetado Portugal praticamente na mesma medida e ao mesmo tempo que afetaram a Inglaterra. No centro de Portugal predominavam as cidades e evoluíram filiações de classe bastante diferentes. Uma «burguesia» de cidadãos de classe média adquiriu influência nos burgos e angariou fortuna nos ofícios e no comércio. O poder residia nas municipalidades e não nos nobres. A procura de alimento pela cidade contribuiu para enriquecer os proprietários de terras das planícies centrais, mas a necessidade de mão de obra da cidade exauria as quintas de trabalhadores rurais e criava escassez de braços nos campos. Numa tentativa de reter os seus vassallos, os proprietários de terras começaram a oferecer-lhes direitos limitados às terras em troca

de pagamentos em dinheiro ou géneros. No Sul não foram os nobres de estilo nortenho nem as municipalidades das planuras a dominar a sociedade, mas os cavaleiros das ordens religiosas. As propriedades deles usavam o trabalho de imigrantes cristãos e escravos muçulmanos. Em todo o país, a prestação de serviço laboral era exigida e a ela se resistiu, num padrão de cooperação e confronto de intensidade variável. Em 1373, a cidade de Lisboa impôs a obrigação de prestação em trabalho de especial severidade, quando os burgueses decidiram que precisavam de uma nova muralha na cidade para se protegerem tanto de rebeliões camponesas como de intrusos estrangeiros. Aumentou a tensão e, ao cabo de 10 anos, o campo estava em sublevação declarada e a monarquia perdeu o controlo do reino.

A Crise de 1383 estabeleceu as fundações dos começos da sociedade moderna em Portugal. Não só os camponeses se insurgiram contra a nobreza, como os burgueses se revoltaram contra a Coroa. Pretendentes rivais à regência do trono desocupado angariaram apoio tanto na cidade como no campo, abrindo caminho à participação alargada nas questões políticas. Na confusão, o bispo de Lisboa foi linchado e um príncipe ilegítimo levou a cabo um golpe palaciano, sendo aclamado pela turba como defensor do reino. O príncipe, João de Avis, era mestre da ordem militar religiosa de Avis e conseguiu o apoio de outras ordens militares quando partiu da cidade para mobilizar forças para uma guerra civil. Castela aproveitou os distúrbios como uma oportunidade para intervir e montou cerco a Lisboa, numa tentativa vã de colocar a sua facção real preferida no poder. Porém, a peste abateu-se sobre a cidade, o que obrigou os espanhóis a levantarem o cerco. Após dois anos de convulsões, as Cortes reuniram-se em Coimbra e declararam o trono vago. Os 11 clérigos, 72 nobres e cavaleiros das ordens militares, e 50 plebeus que representavam as municipalidades elegeram então o mestre

de Avis como rei de Portugal com o título de D. João I. Castela voltou imediatamente a invadir, sendo derrotada por uma coligação de fações portuguesas na grande batalha de Aljubarrota, a 14 de agosto de 1385. Os vencedores meteram mãos a conceber o mais belo mosteiro de Portugal, a Batalha, e Lisboa patrocinou a construção de uma grande igreja carmelita em ação de graças. A dinastia eleita de Portugal granjeou apoio interno e respeito internacional, numa vitória retumbante sobre uma das grandes potências.

A dinastia de Avis iniciou a sua ascensão nas relações internacionais procurando uma aliança estável contra Castela que lhe fosse útil no futuro. Um parceiro potencial e óbvio era a Inglaterra, esse outro pequeno reino atlântico na orla ocidental da política das grandes potências. As relações entre Portugal e Inglaterra tinham flutuado desde que um cruzado inglês se tornara no primeiro bispo de Lisboa. Mais tarde, durante as primeiras décadas da Guerra dos Cem Anos, Portugal tomara intermitentemente o partido da Inglaterra. Agora, D. João I assinava uma «aliança perpétua», firmada em Windsor em 1386, que seria a base sólida da diplomacia portuguesa por um período que se prolongaria bem até ao século xx. Também desposou Filipa de Lencastre, neta de Eduardo III de Inglaterra; os filhos deles, príncipes reais, conduziram Portugal para o limiar da era moderna. D. Duarte tornou-se rei e obteve o apoio da nobreza; D. Pedro patrocinou as cidades e encorajou o crescimento comercial de Lisboa; e D. Henrique, chamado *O Navegador*, tornou-se comandante da ordem militar de Cristo e lançou as fundações de um império português de alcance mundial. A única mudança inesperada no horizonte distante dizia respeito ao filho ilegítimo de D. João, Afonso, que desposou a filha do seu comandante militar, adquirindo por esse meio propriedades extensas conquistadas durante a guerra com Castela. Fundaram a família de duques mais abastada da

nação, os Bragança, e foram eles quem veio a obter o poder em 1640, que ressuscitaram a aliança inglesa ao fim de 60 anos de cativeiro castelhano e que restabeleceram um império arruinado por 40 anos de ataques holandeses. Contudo, antes disso Portugal desfrutara a sua primeira idade de ouro sob a ramificação anglo-portuguesa legítima da dinastia de Avis.

Depois de terem sido submetidos a dois milénios de colonização por Fenícios e Romanos, por muçulmanos e cristãos, os Portugueses lançaram-se na sua própria carreira de expansão imperial e fixação de colonos. Os primeiros êxitos que tiveram diziam respeito às ilhas do Atlântico. Nas ilhas Canárias tinham escravizado os berberes indígenas antes de transformarem os conquistadores em proprietários de terras com mandado para cultivar vinha e vender vinho das Canárias. O programa teve êxito e Tenerife, em particular, atraiu muitos imigrantes famintos de terra, mas volvido meio século de atividade portuguesa as Canárias foram transferidas para Castela num dos muitos tratados de paz que tentavam acalmar a rivalidade interna ibérica. Um projeto português a mais longo prazo, também patrocinado pelo príncipe Henrique e pela sua ordem militar, levou colonos portugueses para as ilhas desabitadas da Madeira e dos Açores, onde foi introduzido com êxito o trigo para complementar o comércio agrícola interno de Portugal e para abastecer Lisboa com cereal, por meio de navios em vez de carros de bois. Todavia, ainda mais longe, a colonização das ilhas de Cabo Verde conduziu ao desenvolvimento de uma indústria têxtil baseada em algodão e tinturas de anil cultivadas por escravos. Ainda mais para o interior dos trópicos, foi plantada na ilha oeste-africana de São Tomé cana-de-açúcar que era colhida por escravos negros. Deste modo, num período de cem anos, Portugal ensaiara modelos coloniais para produzir grandes colheitas que viriam a dominar o comércio mundial durante muitos séculos.

DAS GRANDES CONQUISTAS E DESCOBERTAS QUE ENRIQUECERAM A NAÇÃO AOS GRANDES PROTAGONISTAS QUE LEVARAM O NOME DE PORTUGAL MAIS LONGE

Este livro oferece uma introdução imperdível ao povo e à cultura de Portugal, aos seus três impérios na Ásia, na América e em África e à sua busca por modernização económica, estabilidade política e parceria internacional. David Birmingham, conceituado professor de História na Universidade de Kent, narra a fascinante história do nosso país, já que, para compreender a atualidade, é preciso conhecer o passado.

Ao longo de 800 anos, Portugal adquiriu autonomia política e cultural no seio da Europa, tendo deixado a sua marca em todos os cantos do planeta. Mas foi mais do que um pequeno país sobrevivente e tenaz da História moderna: foi também pioneiro em muitos dos desenvolvimentos históricos do mundo europeu, como a descoberta do caminho marítimo para a Índia, que alteraria de forma irreversível o comércio entre o Oriente e o Ocidente.

Resultado de aturada pesquisa, este livro faz o retrato histórico de Portugal, da instauração da nacionalidade ao presente.

«Leitura fundamental para todos aqueles que desejam compreender a evolução histórica deste notável país.»

Times Higher Education Supplement

 com todas as letras 20/20 editora	ISBN 978-989-668-844-8  9 789896 688448 História
--	--